

- 1 SET 1996

INFORME JB

■ MAURÍCIO DIAS

O Sistema Único de Saúde (SUS), que completa em outubro oito anos e passará de hoje a sexta-feira pelo raio X dos 1.500 delegados da 10ª Conferência Nacional de Saúde, ainda não anda com os próprios pés.

As razões são muitas. Mas, como se sabe, a criação do arcabouço legal, necessária para dar início à municipalização da Saúde, foi vítima da sonolência da burocracia. Foram cinco anos de espera.

Os tímidos resultados atuais vieram de três anos para cá.

Apenas 118 dos 5.500 municípios brasileiros gozam da autonomia prevista pelo SUS. Essas prefeituras recebem repasses de verbas da União e dos estados e decidem como e onde usar o dinheiro da Saúde.

Para fazer parte desse clube, os projetos de Saúde, elaborados por conselhos municipais, passam pelo crivo do Ministério da Saúde.

Ao contrário do que a lógica parece indicar, apenas sete capitais — Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Natal, Recife e São Luís — cumpriram as exigências do ministério. As outras são pequenas e médias cidades espalhadas em 16 dos 27 estados brasileiros.

São Paulo é o estado campeão, com 43 municípios. O Rio de Janeiro está em quinto lugar, com apenas seis prefeituras — Angra dos Reis, Duque de Caxias, Itaguaí, Niterói, Resende e Volta Redonda.

Ainda engatinhando estão 622 prefeituras, que já controlam seus hospitais, mas ainda não têm autonomia financeira.

Essa é uma das razões pelas quais o SUS vive hoje, combalido, sob pesado fogo dos adversários. A 10ª Conferência de Saúde tem a missão de encontrar o antídoto para esses e outros males do SUS.